

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.457 - RO (2020/0048500-2)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
RECORRENTE : PAULO CESAR BARBOSA (PRESO)
**ADVOGADOS : NILTON BARRETO LINO DE MORAES - RO003974
LEONARDO FERREIRA DE MELO - RO005959**
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por PAULO CESAR BARBOSA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**.

Depreende-se dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada, pela prática, **em tese**, dos delitos de participação em organização criminosa armada e extorsão (por quinze vezes), tipificados no art. 2º, **caput**, § 2º e § 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, e no art 158, **caput** e § 1º, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

"Habeas corpus. Organização criminosa. Ameaça. Extorsão. Esbulho possessório. Porte de arma. Lavagem de dinheiro. Prisão preventiva. Gravidade concreta dos delitos. Motivação. Demonstração. Revogação. impossibilidade.

Não carece de motivação o decreto de prisão preventiva que, considerando as peculiaridades concretas do caso, de agentes que integram, em tese, complexa organização criminosa voltada à prática de crimes, acautela a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal, evidenciadas na gravidade dos delitos, na periculosidade dos agentes, na possibilidade de reiteração na prática delitiva e de o agente influir na colheita das provas, ante a comprovação da materialidade e indícios de autoria.

Estando presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva, não há se falar esteja o paciente sofrendo

abuso ou constrangimento ilegal sanável pela via do habeas corpus." (fl. 61).

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega o recorrente que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou sua segregação cautelar. Pondera, neste sentido, que a prisão cautelar foi decretada pela gravidade em abstrato da conduta supostamente praticada, bem como que possuiria condições pessoais favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva, mediante a imposição de medidas cautelares diversas, dentre aquelas previstas no art. 319, do Código de Processo Penal.

O Ministério Público Federal, às fls. 126-132, manifestou-se pelo **desprovimento**, do recurso em parecer ementado nos seguintes termos:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. AMEAÇA, EXTORSÃO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS. E POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRESENTES OS REQUISITOS PARA A CONSTRIÇÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

- A prisão preventiva é medida cautelar de constrição da liberdade do indivíduo por razões de necessidade e adequação, com esteio na existência do *fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*, respeitados os pressupostos e requisitos estabelecidos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal.

- A prisão preventiva foi decretada com fundamento na gravidade concreta dos crimes, lastreada no fato de o recorrente ser apontado como integrante de uma organização criminosa bem estruturada, formada empresários, agentes públicos (policiais) e pistoleiros, voltada para a prática de crimes ambientais, ameaça e extorsão.

- Parecer pelo não provimento do recurso ordinário em habeas corpus." (fl. 126).

É o relatório.

Decido.

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, o reconhecimento da ausência de fundamentação da r. decisão de primeira instância que decretou sua prisão preventiva.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, em seu art. 34, XVIII, "b", dispõe que **o relator pode decidir monocraticamente** para *"negar provimento ao recurso ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou, ainda, a jurisprudência dominante sobre o tema"*.

Não por outro motivo, a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, em 16/3/2016, editou a Súmula n. 568, segundo a qual *"o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema"*.

Passo ao exame das razões veiculadas no **recurso ordinário**.

Com efeito, cumpre ressaltar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte:

RHC n. 551.642/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 14/02/2020; HC n. 528.805/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJPE)**, DJe de 28/10/2019; HC n. 534.496/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min^a. **Laurita Vaz**, DJe de 25/10/2019; HC n. 500.370/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 29/04/2019.

Ressalto, por oportuno, que olvidou-se o impetrante de colacionar aos presentes autos o decreto prisional primevo, o que ensejaria o indeferimento liminar do recurso, ante instrução deficiente do feito.

Contudo, em consulta aos registros processuais desta Corte, verifico que esta relatoria já julgou os **habeas corpus** impetrados em favor de vários corréus do ora recorrente, cujas prisões preventivas foram decretadas na mesma decisão judicial, razão pela qual, **excepcionalmente**, transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto da r. decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, colacionada aos autos do **RHC n. 122.754/RO**, a fim de entregar a devida prestação jurisdicional, mesmo ante a precária instrução dos presentes autos:

"A POLÍCIA FEDERAL [...] representou pela prisão preventiva de [...] PAULO CESAR BARBOSA [...].

Sustenta a necessidade da medida para comprovar a maneira de atuação dos envolvidos e responsabilizá-los criminalmente, argumentando que foi instaurado Inquérito Policial n° 0212/2018 - SR/PF/RO, visando apurar e neutralizar uma complexa e estruturada Organização Criminosa voltada para a prática de crimes violentos, especialmente extorsões, ameaças e lavagem de dinheiro, composta por empresários, agentes públicos (policiais), pistoleiros e outros indivíduos, com atuação na região de Cujubim/RO, localidade denominada 'Vale do Jamari', cujos fundamentos fáticos foi assim narrado, ipsius verbis:

Trata-se de inquérito policial instaurado em 05/06/2019, para apurar a prática de crimes perpetrados por suposta organização criminosa armada, voltada para a prática de homicídios, extorsões, ameaças e lavagem de dinheiro na zona rural do município de Cujubim/RO, especificamente na zona rural daquele município, na 'Linha 106' da 'região Soldado da Borracha'. Os fatos investigados surgem de notícia -crime encaminhada pelo Ministério Público Estadual de Ariquemes/RO, por meio do ofício n° 162/2019 - PJÁ e os documentos em anexo, os quais relatam a atuação de grupo

criminoso instalado na região de Cujubim/RO, que, supostamente, praticariam ameaças, extorsões, homicídios, dentre outros. visando promover o esbulho de terras na região. No procedimento foram adotadas diligências pelos Promotores de Justiça, notadamente a coleta dos depoimentos de diversos denunciante e vítimas dos supostos crimes investigados, fortalecendo a prova testemunhal sobre os fatos. Percebeu-se que os relatos são semelhantes e trouxeram detalhes da situação vivida na 'porteira' da entrada da 'Linha 106'. O Órgão Ministerial instaurou o Procedimento Investigatório Criminal n° 2018001010063482, em setembro de 2018, a partir de denúncias de uma dezena de pessoas residentes na localidade, as quais foram até a Promotoria de Justiça em Ariquemes/RO para relatar os fatos.

[...]

Todas relataram que pistoleiros fortemente armados, comandados por JOSÉ SOCORRO MELO DE CASTRO, vulgo 'SOCORRO DO ÔNIBUS', se alojam em um barraco ao lado de uma porteira localizada no início da Linha 106, e cobram 'pedágio' dos proprietários de terras da localidade e de pessoas que precisam transportar madeiras (toras e lascas), valores esses que giram em torno de R\$ 3.000,00 por caminhão ou máquina que precise passar pela chamada 'estrada do Chaules'. Além de detalharem as extorsões, as testemunhas compromissadas disseram os nomes de vários integrantes desse grupo criminoso, a exemplo do PM Sgt. 'CARVALHO', do Escrivão da Polícia Civil 'CASSIO' e do Delegado 'LEOMAR'. Relataram ainda que esses agentes públicos usam viaturas das Polícias Civil e Militar de Rondônia para fazerem intimidações e ameaças aos proprietários de terras da região, a fim de que eles saiam das propriedades ou que as comprem do líder do grupo, CHAULES VOLBAN POZZEBON, por valores que giram em torno de R\$100.000,00 a R\$150.000,00 por lote. Por fim, os denunciante afirmaram que além dos agentes públicos, outros indivíduos compõem o grupo e, para a prática dos supostos crimes, portam armas longas e de calibres curtos, bem como utilizam caminhonetes novas. Dentre os nomes citados estão 'ZÉ DO BREJO', 'PAULO CESAR', 'JÓ', 'ZACARIAS' e 'FELIZARDI', este último suposto braço direito de 'CHAULES'. Em 22/11/2018, outros moradores da 'Linha 106' foram até a Promotoria de Justiça e prestaram declarações no mesmo sentido da denúncia inicial.

Relataram que as supostas ilicitudes praticadas pelos indivíduos citados acima permaneciam, principalmente no sentido das ameaças para esbulho das terras, além de apresentarem documentos probatórios da posse dos lotes.

[...]

Paralelamente, o Núcleo de Inteligência do 7º Batalhão da PM/RO registrou ocorrências n° 34575/2018, 34621/2018 e 34634/2018 sobre abordagens realizadas em 22 e 23/02/2018, no município de Cujubim/RO, referente ao grupo de indivíduos estranhos trafegando em caminhonetes pela cidade. Foram identificados JO ANEMIAS BARBOZA DA SILVA (Policia Militar), PAULO CEZAR BARBOZA (Policia Militar),

LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS e seu pai, JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, vulgo "ZE, DO BREJO".

[...]

Ora, na espécie em apreço, verifica-se que os fatos investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público de Rondônia, demonstram, ao que tudo indica, o anirrus associativo, com estrutura montada na 'porteira' do 'ramal do Soldado da Borracha', para a prática reiterada de uma série de crimes por parte dos investigados listados, atuantes como mentores e fomentadores das ações ilícitas dos 'milicianos', em verdadeiro poder paralelo, ao agirem com vontade livre, consciente e conhecimento específico da ilicitude de seus atos, na região de Cujubim/RO e Ariquemes/RO, mediante extorsões, esbulhos possessórios, uso de armas de fogo para ameaçar e intimidar vítimas, cobranças de pedágios, bem como lavagem de capitais, com a participação de servidores das forças estaduais de segurança, fato preponderante para o sucesso das ações criminosas, cuja arrecadação mensal girava em torno de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) e, aqueles que não cediam às pressões, eram gravemente ameaçados e muitas vezes, forçados a abandonarem seus terrenos, ou caso contrário, teriam que pagar de R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00 para permanecerem no local.

Como se observa, a segregação cautelar dos investigados Chaules Volban Pozzebon, Thiago Teixeira, Filizardo Alves Moreira Filho, José Socorro Melo de Castro, Antônio Francisco dos Santos, José Luiz da Silva, João Carlos de Carvalho, Jo Anemias Barboza da Silva, Paulo Cesar Barbosa, Renilso Alves Pinto, Rogerio Carneiro dos Santos, Elisangelo Correia de Souza, Djyeison de Oliveira, Eduardo Rogério Morett, Marcelo Campos Berg e Emanuel Peneira da Costa, se justifica para o acautelamento da ordem pública, ante o modos operandi, reveladas na especial gravidade dos fatos e periculosidade dos agentes, que atuavam em região longínqua e de difícil acesso, integrada por líderes articulados e por agricultores, 'posseiros' e 'grileiros', que se valem das ameaças aos agentes públicos de fiscalização para concretizar a invasão das terras públicas e destruição do meio ambiente no local.

Importante observar que parte dos representados pertencem aos órgãos de segurança pública, são lotados no 7º Batalhão da Polícia Militar, inclusive com atuações no Pelotão de Cujubim/RO, de modo que a segregação cautelar se justifica, dada a incompatibilidade lógica existente entre o fato de ocuparem função de segurança pública, com uso necessário de arma de fogo.

[...]

Some-se a isso, o fato de que a prática dos fatos tem se estendido por um período considerável, havendo dedicação profissional ao crime, com estrutura complexa, sendo forçoso, então, concluir pela presença de risco concreto de reiteração criminosa acaso os investigados sejam mantidos em liberdade, gerando um sentimento de impunidade a todos os envolvidos nesse cenário de contenda rural tão presente e ativo nesta Comarca." (Ap.1, fls. 3-33, do RHC 122.754/RO, grifei).

Na mesma esteira, colhe-se do v. acórdão objurgado:

"Conquanto inapropriada a via sumária do habeas corpus para discutir matéria que importe em exame valorativo dos fatos, é preciso considerar que o fato de a denúncia já ter sido oferecida denota a existência de suficientes indícios da autoria e materialidade delitiva, apurados em uma operação criminal deflagrada pela Polícia Federal, na comarca de Ariquemes, com intuito de desvendar vários crimes que vinham ocorrendo na zona rural do Município de Cujubim, especialmente na 'Linha 106' da 'Região do Soldado da Borracha'.

Consta que as investigações foram iniciadas a partir de diversas denúncias de moradores da região, que compareceram ao Ministério Público para comunicar que estavam sendo ameaçados e extorquidos por um grupo criminoso armado, que agia com objetivo de promover esbulho possessório na área, para tanto, tendo construído uma 'porteira' e uma casa ao lado, onde o suposto dono da terra instalou pessoas que passaram a cobrar uma espécie de 'pedágio' dos proprietários dos lotes que por ali passavam.

Segundo os denunciantes, quem tivesse terras ou negócios depois da 'porteira', tinha que pagar para passar, e o valor cobrado seria de aproximadamente R\$3.000,00 por caminhão de toras ou lascas, ou máquina que precisasse passar pela 'estrada do Chaules', caso contrário, não passava.

[...]

Destaca-se, ainda, que algumas vítimas foram abordadas pelos investigados nas próprias residências, os quais diziam que Chaules ou 'Zé do Brejo' ou ainda 'Socorro' seriam os donos do lote e elas teriam que sair da terra. Nessas ocasiões, os infratores chegaram a entrar nas casas, tirar a arma da cintura e colocar sobre a mesa, como forma de ameaça velada, constatando-se, ainda, que para promover o esbulho possessório, os investigados destruíram algumas casas de madeira.

[...]

Diante desse quadro fático, extraído dos autos do IPL n. 0212/2018- SR/PF/RO, das informações do impetrado e dos demais elementos contidos nos autos, já se vislumbra que o paciente não sofre qualquer tipo de coação ilegítima, pois, para o decreto prisional foram avaliadas as circunstâncias dos fatos. bem retratados na representação da autoridade policial, dando-se a custódia pela necessidade de garantir a ordem pública, assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução, revelados sobremodo na gravidade específica dos delitos em foco, assim como, pela materialidade e indícios de autoria/participação (fumus commissi delicti) dos representados, a demonstrar a ineficácia de outra medida cautelar, e, também, pelo fundado receio de que suas liberdades possam

prejudicar as investigações.

[...]

Como ressaltado alhures. o paciente está sendo acusado de chefiar uma complexa organização criminoso voltada para a prática de crimes violentos, especialmente extorsões e ameaças. compostas por empresários, agentes públicos (policiais), pistoleiros e outros indivíduos, com atuação na região de Cujubim/RO.

Quando do decreto prisional - cópia não anexada - a gravidade dos crimes ficou evidenciada de forma latente, ressaltando o impetrado que os fatos investigados demonstram o animus associativo, com estrutura montada na 'porteira' do 'Ramal do Soldado da Borracha', para a prática reiterada de uma série de crimes por parte dos investigados, atuantes como mentores e fomentadores das ações ilícitas dos 'milicianos', em verdadeiro poder paralelo, agindo com vontade livre, consciente e pleno conhecimento da ilicitude de seus atos, na região de Cujubim/RO e Ariquemes/RO, mediante extorsões, esbulhos possessórios, uso de armas de fogo para ameaçar e intimidar vítimas, cobranças de pedágios, bem como lavagem de capitais, com a participação de servidores das forças estaduais de segurança, fato preponderante para o sucesso das ações criminosas.

[...]

Relativamente ao paciente e outros representados pertencentes aos órgãos de segurança pública, lotados no 7º Batalhão da Polícia Militar, inclusive com atuações no Pelotão de Cujubim/RO, a prisão cautelar foi justificada na evidente incompatibilidade existente entre os ilícitos e o fato de ocuparem função de segurança pública, com uso necessário de arma de fogo.

A respeito da violência imprimida por esse grupo armado, menciona a decisão a existência de um diálogo captado dos aparelhos telefônicos (69)98409- 9127 e (69)99297-5643. em que o também representado PM F SANTOS afirmou que agiria 'na tora mesmo' e 'meteria o cartucho para cima de todo mundo', concluindo o diálogo informando que possui uma pessoa em Porto Velho, com infiltração dentro do INCRA e que seria o responsável por 'esquentar' os documentos dos imóveis.

[...]

A gravidade dos delitos, os meios de sua execução, a estrutura da organização criminoso e a anormal densidade lesiva das condutas evidenciam a periculosidade dos agentes E justificam a invocação da necessidade de proteção da ordem pública." (fls. 66-68, grifei).

Ora, da análise dos excertos transcritos, observa-se que a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, notadamente em razão

de o paciente **ter sido apontado como um dos líderes de estruturada organização criminosa voltada à prática de diversos crimes, como "extorsões, esbulhos possessórios, uso de armas de fogo para ameaçar e intimidar vítimas, cobranças de pedágios, bem como lavagem de capitais, com a participação de servidores das forças estaduais de segurança, fato preponderante para o sucesso das ações criminosas"**, conforme consignado pelas instâncias ordinárias, circunstâncias que revelam a periculosidade concreta do agente e a necessidade da imposição da medida extrema ante a **necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa**, no intuito de impedir a reiteração delitiva.

Colaciono, oportunamente, o seguinte julgado do col. Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

"HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA PARA A PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM INDEFERIDA.

1. *Devem ser desconsiderados quaisquer fundamentos que não tenham sido expressamente mencionados no decreto de prisão preventiva, pois, na linha da jurisprudência deste Supremo Tribunal, a idoneidade formal e substancial da motivação das decisões judiciais há de ser aferida segundo o que nela haja posto o juiz da causa, não sendo dado "ao Tribunal do habeas corpus, que a impugne, suprir-lhe as faltas ou complementá-la" (Habeas Corpus ns. 90.064, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 22.6.2007; 79.248, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 12.11.1999; 76.370, Rel. Ministro Octavio Gallotti, DJ 30.04.98).*

2. *A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva.*

3. *Ordem denegada" (HC 95.024/SP, Primeira Turma, Rel^a. Min^a. Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009, grifei).*

No mesmo sentido, os seguintes precedentes desta eg. Corte:

**"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA.
SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO.**

IMPOSSIBILIDADE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. FILHOS COM IDADE INFERIOR A 12 ANOS. IMPRESCINDIBILIDADE DOS CUIDADOS DA PACIENTE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Não há se falar em constrangimento ilegal quando a segregação do paciente encontra-se devidamente justificada com base no art. 312 do Código de Processo Penal, diante da necessidade de acautelamento, especialmente, da ordem pública, haja vista as circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos.

3. Caso em que a paciente supostamente integra complexa organização criminosa articulada na dinâmica do comércio e importação de cocaína da Bolívia (e armas de fogo), além de vertente financeira por onde seguia o contrafluxo do pagamento efetuado pelos compradores da droga, ostentando função de destaque condizente com o recebimento de valores, além de se responsabilizar por outras ações.

4. Com advento da Lei n. 13.257/2016, permitiu-se ao Juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência e a mulher possui filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, consoante dispõe o art. 318 da citada Lei federal. A previsão insculpida na lei reformadora do art. 318 do Código de Processo Penal, entretanto, não é de caráter puramente objetivo e automático, cabendo ao Magistrado avaliar a adequação da medida à clausulada.

5. No caso, havendo informação de que os filhos menores estão amparados por familiar, no caso, a avó paterna, e considerando que a necessidade da manutenção da custódia sobrepõe-se a exigência da concessão da benesse, não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida por este Superior Tribunal.

6. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há

nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema.

7. Habeas corpus não conhecido" (HC 411.830/RO, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 01/02/2018).

Deve-se ressaltar, ainda, que a presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, **como na hipótese**. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, nego provimento ao recurso ordinário em habeas corpus.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator